****

**Publicado no D.O.C. São Paulo,144, Ano 66 Sábado**

**24 de Julho de 2021**

**GABINETE DO PREFEITO**

**RICARDO NUNES**

**DECRETOS**

**DECRETO Nº 60.394, DE 23 DE JULHO DE 2021**

Abre Crédito Adicional Suplementar de

R$ 1.750.000,00 de acordo com a Lei nº

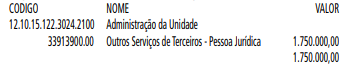
17.544, de 30 de dezembro de 2020.

RICARDO NUNES, Prefeito do Município de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei, na conformidade da autorização contida na Lei nº 17.544, de 30 de dezembro de 2020, e visando possibilitar despesas inerentes às atividades da Secretaria Municipal das Subprefeituras,

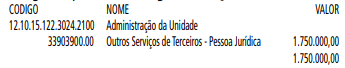
D E C R E T A:

Artigo 1º - Fica aberto crédito adicional de R$ 1.750.000,00

(um milhão e setecentos e cinquenta mil reais), suplementar à seguinte dotação do orçamento vigente:



Artigo 2º - A cobertura do crédito de que trata o artigo 1º far-se-á através de recursos provenientes da anulação parcial, em igual importância, da seguinte dotação:



Artigo 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua assinatura.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, em 23 de julho de 2021, 468º da Fundação de São Paulo.

RICARDO NUNES, Prefeito

LUIS FELIPE VIDAL ARELLANO, Secretário Municipal da Fazenda - Substituto

Publicado na Secretaria de Governo Municipal, em 23 de julho de 2021.

**DECRETO Nº 60.395, DE 23 DE JULHO DE 2021**

Abre Crédito Adicional Suplementar de

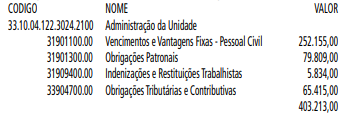
R$ 403.213,00 de acordo com a Lei nº

17.544, de 30 de dezembro de 2020.

RICARDO NUNES, Prefeito do Município de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei, na conformidade da autorização contida na Lei nº 17.544, de 30 de dezembro de 2020, e visando possibilitar despesas inerentes às atividades da Agência Reguladora de Serviços Públicos do Município de São Paulo,

D E C R E T A:

Artigo 1º - Fica aberto crédito adicional de R$ 403.213,00 (quatrocentos e três mil e duzentos e treze reais), suplementar às seguintes dotações do orçamento vigente:



Artigo 2º - A cobertura do crédito de que trata o artigo 1º far-se-á através de recursos provenientes do superávit financeiro apurado em balanço do exercício anterior.

Artigo 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, em 23 de julho de 2021, 468º da Fundação de São Paulo.

RICARDO NUNES, Prefeito

LUIS FELIPE VIDAL ARELLANO, Secretário Municipal da Fazenda - Substituto

Publicado na Secretaria de Governo Municipal, em 23 de julho de 2021.

**DECRETO Nº 60.396, DE 23 DE JULHO DE 2021**

Autoriza a realização de feiras, convenções, congressos e outros eventos, altera as disposições para expedição de novos alvarás de autorização para eventos públicos e temporários durante a situação de emergência decorrente do coronavírus, autoriza o funcionamento dos parques e equipamentos esportivos municipais, autoriza a retomada dos Termos de Permissão de Uso para a ocupação de mesas, cadeiras e toldos nos passeios públicos, de que trata o Decreto nº 58.832, de 1º de julho de 2019 e revoga o artigo 13 do Decreto nº 59.283, de 16 de março de 2020.

RICARDO NUNES, Prefeito do Município de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, CONSIDERANDO o avanço da vacinação contra o Covid-19, com grande participação da população do Município de São Paulo; CONSIDERANDO a situação atual de redução das internações, casos e óbitos em decorrência do Covid-19; CONSIDERANDO que os protocolos sanitários e as restrições do Plano São Paulo, instituído pelo Governo de São Paulo, por meio do atendem, por ora, as medidas recomendadas pelas autoridades sanitárias; CONSIDERANDO a conclusão alcançada pelo Grupo de

Trabalho instituído pelo Decreto nº 60.387, de 19 de julho de 2021 e o parecer favorável da autoridade sanitária municipal, D E C R E T A:

Art. 1º A partir do momento que a Cidade de São Paulo atingir a marca de vacinação de 80% da população elegível com ao menos uma dose da vacina, fica autorizado:

I - a realização das atividades de feiras, convenções, congressos e outros eventos, exceto festas, na Cidade de São Paulo, desde que os participantes tenham recebido ao menos uma dose da vacina contra a covid-19 e que sejam atendidas as regras e restrições de funcionamento dos estabelecimentos previstas no Plano São Paulo, instituído pelo Governo de São Paulo, por meio do Decreto Estadual nº 64.994, de 28 de maio de 2020 e alterações posteriores;

II - o funcionamento dos parques municipais e dos equipamentos esportivos municipais em seus horários normais e regulares, inclusive nos finais de semana e feriados.

Parágrafo único. O funcionamento e o atendimento ao público dos estabelecimentos que não respeitarem as regras e restrições do Plano São Paulo ficarão sujeitos às penalidades cabíveis, conforme preconizado pelo Decreto nº 59.298, de 23 de março de 2020.

Art. 2º O artigo 19, do Decreto nº 59.283, de 16 de março de 2020, na sua íntegra, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 19. A expedição de novos alvarás de autorização para eventos públicos e temporários, na forma do Decreto nº 49.969, de 2008, deverá atender as condições e restrições estipuladas no “Plano São Paulo”, instituído pelo Governo de São Paulo, por meio do Decreto

Estadual nº 64.994, de 28 de maio de 2020 e alterações posteriores, conforme a fase na qual a Cidade de São Paulo estiver enquadrada.

Parágrafo único. Caberá à Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento, mediante portaria, disciplinar a matéria.” (NR)

Art. 3º Fica autorizada a retomada da vigência e da concessão dos Termos de Permissão de Uso para a ocupação de mesas, cadeiras e toldos nos passeios públicos por bares, confeitarias, restaurantes, lanchonetes e assemelhados, de que trata o Decreto nº 58.832, de 1º de julho de 2019, obedecendo a limitação de capacidade prevista no Plano São Paulo, instituído pelo Governo de São Paulo, por meio do Decreto Estadual nº 64.994, de 28 de maio de 2020 e alterações posteriores; Parágrafo único. Caberá à Secretaria Municipal das Subprefeituras, mediante portaria, disciplinar a matéria, em especial o disposto nos artigos 43 e 44 da Lei nº 17.557, de 26 de maio de 2021.

Art. 4º Ficam revogados o artigo 13, do Decreto nº 59.283, de 16 de março de 2020, o caput do artigo 3º do Decreto Municipal n° 59.620, de 17 de julho de 2020 e a Portaria PREF nº 1.041, de 2 de outubro de 2020.

Art. 5º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, aos 23 de julho de 2021, 468º da fundação de São Paulo.

RICARDO NUNES, PREFEITO

MARCELO DEL BOSCO AMARAL, Secretário Municipal da Casa Civil - Substituto

EUNICE APARECIDA DE JESUS PRUDENTE, Secretária Municipal de Justiça

RUBENS NAMAN RIZEK JUNIOR, Secretário de Governo Municipal

Publicado na Secretaria do Governo Municipal, em 23 de julho de 2021.

**SECRETARIAS**

**DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, TRABALHO E TURISMO**

GABINETE DA SECRETÁRIA

**DESPACHOS DA SECRETÁRIA**

**6064.2021/0000403-7**

**I. Nos termos do artigo 3º do Decreto nº 57.630 de 17 de março de 2017 e artigo 1º do Decreto nº 44.891 de 21 de junho de 2004, em especial à informação sob docs. 040527143, 040528742, 041197485, 043569947 e 043805787 e da manifestação da Assesoria Jurídica desta Pasta, docs. 042761290 e 044475117,** **RECONHEÇO** **E RATIFICO** a realização e a regular despesa no valor total de R$ 17.047,58 (dezessete mil quarenta e sete reais e cinquenta e oito centavos), sendo o valor de R$ 12.879,99 (doze mil oitocentos e setenta e nove reais e noventa e nove centavos) referente a locação e manutenção de equipamentos, nota fiscal nº 11144 sob doc. 040527342, e o valor de R$ 4.167,59 (quatro mil cento e sessenta e sete reais e cinquenta e nove centavos) referente ao serviço de reprografia, microfilmagem e digitalização, nota fiscal nº 11145 sob doc. 040527487, em conformidade com as normas vigentes, a título de indenização por serviços prestados pela empresa **MR COMPUTER INFORMÁTICA LTDA** inscrita no CNPJ sob nº 00.495.124/0001-95 à SMDET, no período de 04/11/2020 à 30/11/2020, em virtude do encerramento do Contrato 009/2014/SDTE, de prestação de serviço impressão departamental, que teve sua execução postergada mesmo sem cobertura contratual.

II. Consequentemente, determino a instauração de processo administrativo para apuração de responsabilidade.

**6064.2021/0000405-3**

I. Nos termos do artigo 3º do Decreto nº 57.630 de 17 de março de 2017 e artigo 1º do Decreto nº 44.891 de 21 de junho de 2004, em especial à informação sob docs. 040531100, 041201453, 043570988, 043807070, e da manifestação da Assessoria Jurídica/SMDET, docs. 042757782 e 044549909, **RECONHEÇO** e **RATIFICO** a realização e a regular despesa no valor total de R$ 16.509,52 (dezesseis mil quinhentos e nove reais e cinquenta e dois centavos), sendo o valor de R$ 13.834,05 (treze mil oitocentos e trinta e quatro reais e cinco centavos) referente a locação e manutenção de equipamentos, nota fiscal nº 11146 sob doc. 040531261, e o valor de R$ 2.675,47 (dois mil seiscentos e setenta e cinco reais e quarenta e sete centavos) referente ao serviço de reprografia, microfilmagem e digitalização, nota fiscal nº 11147 sob doc. 040532365, em conformidade com as normas vigentes, a título de indenização por serviços prestados pela empresa **MR COMPUTER INFORMÁTICA LTDA** inscrita no CNPJ sob nº 00.495.124/0001-95 à SMDET, no período de 01/12/2020 à 29/12/2020, em virtude do encerramento do Contrato 009/2014/SDTE, de prestação de serviço impressão departamental, que teve sua execução postergada mesmo sem cobertura contratual.

II. Consequentemente, determino a instauração de processo administrativo para apuração de responsabilidade, com fundamento no artigo 4º do Decreto nº 57.630/17.

**EDITAIS PAG. 43**

**FUNDAÇÃO PAULISTANA DE EDUCAÇÃO E TECNOLOGIA**

GABINETE DIRETOR GERAL

**EXTRATO TERMO DE ADESÃO Nº11 /FPETC/2021**

TERMO DE ADESÃO QUE CELEBRAM A FUNDAÇÃO PAULISTANA DE EDUCAÇÃO TECNOLOGIA E CULTURA – FUNDAÇÃO PAULISTANA - E A ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO E CULTURA (ABEC), TENDO POR OBJETIVO A CONJUGAÇÃO DE ESFORÇOS PARA A REALIZAÇÃO DE PROJETOS, EVENTOS E/OU ATIVIDADES DE INTERESSE PÚBLICO EM COMUM.

DO OBJETIVO

O presente edital tem como objetivo selecionar parceiras, pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos, por meio da realização de apoio aos cursos de qualificação profissional oferecidos pela FUNDAÇÃO PAULISTANA.

DA VIGÊNCIA

O presente termo de parceria está contido no período de vigência do presente edital, que estipula 12 meses a partir de sua publicação, sendo, prorrogável por mais 12 meses conforme interesse da instituição pública.

DOS RECURSOS FINANCEIROS

Este ajuste não envolve transferência de recursos financeiros, nem contempla a celebração de comodato, doação de bens ou outra forma de compartilhamento de recurso patrimonial.

DATA DA ASSINATURA: 21/07/2021.

**AGÊNCIA SÃO PAULO DE DESENVOLVIMENTO**

GABINETE DO PRESIDENTE

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2021**

**ABERTURA DE CERTAME LICITATÓRIO**

DATA E HORA DA SESSÃO PÚBLICA: 05/08/2021 às 10h00

OFERTA DE COMPRA: 894000801002021OC00012

ENDEREÇO ELETRONICO: <http://www.adesampa.com.br/> adeeditais

PROCESSO SEI Nº: 8710.2021/0000166-2

**A Agência São Paulo de Desenvolvimento - ADE SAMPA (“ADE SAMPA”),** serviço social autônomo, dotado de personalidade jurídica de direito privado, de fins não econômicos, de interesse coletivo e de utilidade pública, vinculada, por cooperação, à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Turismo, conforme disposto na Lei Municipal nº 15.838, de 04 de julho de 2013, torna pública a republicação de certame na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, cuja sessão pública ocorrerá na nova data, horário de local acima indicados.

Constitui o objeto do PREGÃO ELETRÔNICO em referência a aquisição e instalação de materiais permanentes (dispensers e lixeiras) para atender às necessidades de uso do Hub Green Sampa - Centro de Inovação Verde Bruno Covas, prédio principal da Praça Victor Civita localizado na Rua Sumidouro, nº 580, em Pinheiros, São Paulo/SP e para atender às necessidades de uso do TEIA Butantã, localizado Rua Nella Murari Rosa, nº 40, Jardim Olympia, São Paulo/SP - CEP: 05543-080, conforme as especificações técnicas do Termo de Referência, que integra o Edital de Pregão Eletrônico na forma de Anexo I.

O referido Edital e seus anexos poderão ser obtidos pela internet através do endereço eletrônico: <http://www.adesampa>. com.br/adeeditais/

**LICITAÇÕES PAG. 58**

**DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, TRABALHO E TURISMO**

GABINETE DA SECRETÁRIA

**DESPACHO DA SECRETÁRIA**

**6064.2021/0001069-0**

I – À vista dos elementos constantes do Processo Administrativo 6064.2021/0001069-0, em especial, o parecer técnico sob doc. 048010999 e suas complementações e o parecer da Assessoria Jurídica sob doc. 048462188, na forma dos artigos 29 e 32, § 4º, da Lei Federal 13.019, de 31 de julho de 2014, e do art. 4º, inciso III, do Decreto Municipal 57.575, de 29 de dezembro de 2016, AUTORIZO a parceria com a organização da sociedade civil UNIÃO GERAL DOS TRABALHADORES – UGT, CNPJ 09.067.053/0001-02, por meio de termo de fomento, tendo como objeto a realização de exposição artística intitulada "Feminino Plural" na Praça da República, região central paulistana, com divulgação local e on-line dos serviços oferecidos pelos Centros de Apoio ao Trabalho e Empreendedorismo (Cate), incluindo a produção e a edição de um filme, pelo prazo de 03

(três) semanas, no valor total de R$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais), conforme o Plano de Trabalho sob doc. 048009879.

II – Outrossim, AUTORIZO o empenhamento em favor da referida entidade, com consequente emissão da respectiva nota de empenho a onerar a dotação orçamentária 30.10.11.333.30 19.8.088.3.3.50.39.00.00.

III – DESIGNO como gestor da parceria o servidor Carlos Alberto Sartori, RF 781.034.2.

IV – APROVO a minuta do termo de fomento sob doc. 048024651, devendo constar como seu anexo único o Plano de Trabalho, doc. 048009879.

V – AUTORIZO a publicação do extrato de justificativa, doc. 048715333, na forma do art. 32, § 1º, da Lei Federal 13.019/2014.

**EXTRATO DE JUSTIFICATIVA**

I – No exercício da competência que me foi confiada pela Lei Municipal 13.164, de 5 de julho de 2001, e pelo Decreto Municipal 58.153, de 22 de março de 2018, e em observância ao disposto no § 1º do art. 32 da Lei Federal 13.019, de 31 de julho de 2014, APRESENTO a justificativa da dispensa de chamamento público, com fulcro no art. 29 da referida Lei, para a formalização da parceria, por meio de termo de fomento, a ser celebrada com a organização da sociedade civil UNIÃO GERAL DOS TRABALHADORES – UGT, CNPJ 09.067.053/0001-02, tendo como objeto a realização de exposição artística intitulada "Feminino Plural" na Praça da República, região central paulistana, com divulgação local e on-line dos serviços oferecidos pelos Centros de Apoio ao Trabalho e Empreendedorismo (Cate), incluindo a produção e a edição de um filme, pelo prazo de 03

(três) semanas, demandando o repasse de recursos desta Pasta, oriundos de emenda parlamentar, na quantia de R$ 120.000,00

(cento e vinte mil reais), conforme o Plano de Trabalho de doc.

048009879.

II – Na forma do artigo 32, § 2º, da Lei 13.019/2014, admite-se a impugnação à justificativa, no prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da publicação deste extrato no Diário Oficial da Cidade de São Paulo, a ser apresentada por via eletrônica, por meio de encaminhamento da impugnação em formato, digital devidamente assinada, ao endereço eletrônico comunicacaosmdet@prefeitura.sp.gov.br, até às 23h59min do dia final do prazo.

**DESPACHOS DA SECRETÁRIA**

**6064.2020/0000712-3**

I – No exercício da competência que me foi conferida por lei, à vista dos elementos de convicção contidos no presente:

a) com fundamento na ata da Comissão de Seleção (doc. 046895633) e na sua ratificação (doc. 048531190), na manifestação da assessoria jurídica, as quais acolho, e no item 6 do Edital de Chamamento Público 05/2020/SMDET, CONHEÇO do recurso interposto pelo **ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL ÀS FAMÍLIAS,** **CNPJ**

**04.468.581/0001-41**, (doc. 046145760), e, no mérito, pelo DESPROVIMENTO recursal, mantendo o resultado publicado na página 50 da edição do Diário Oficial da Cidade de São Paulo do dia 10/06/2021.

b) Com fundamento nas atas e relatórios da Comissão de Seleção (docs. 038373640, 042579289, 044229780, 044908877, 045450815 e 046895633), na decisão de desprovimento de recurso do item antecedente, no art. 4º, inciso III, do Decreto 57.575, de 29 de dezembro de 2016, e no item 7 do Edital de Chamamento Público 05/2020/SMDET, **HOMOLOGO** o chamamento público e DETERMINO a publicação da classificação definitiva. Por conseguinte, **ADJUDICO** o objeto à organização da sociedade civil **FUNDAÇÃO PORTA ABERTA**, CNPJ 19.340.697/0001-78, vencedora do certame, apta a celebrar o termo de colaboração.

**6064.2021/0001024-0**

I - No exercício da competência que me foi atribuída por Lei, à vista dos elementos contidos no presente, nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666/93, do artigo 6.º da Lei Municipal 13.278/02, além dos Decretos 44.279/03 e Decreto 56.144/2015 e Ata de Registro de Preços **001/SEGES-COBES/2021** doc. **047358139**, da autorização para sua utilização proferida por SEGES/COBES/DGSS, docs. 047936197 e 047964308, e em especial o parecer da Assessoria Jurídica desta pasta sob doc. 048558810, observadas as formalidades legais e cautelas de estilo, AUTORIZO a contratação por adesão à referida ARP, da empresa **CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA-ESCOLA –**

**CIEE**, inscrita no CNPJ: 61.600.839/0001-55, para a prestação de serviço especializada em administração de Sistema de Estágio para PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO – PMSP, conforme Termo de Referência – Anexo I do Edital, pelo prazo de 12 (doze) meses contados a partir de 01 de agosto de 2021. A presente contratação tem o valor mensal estimado de R$ 35.533,20 (trinta e cinco mil quinhentos e trinta e três reais e vinte centavos), perfazendo o valor total estimado de R$ 426.398,40 (quatrocentos e vinte e seis mil trezentos e noventa e oito reais e quarenta centavos), que corresponde a gestão de 40 vagas de estágio de nível superior, sendo que a taxa de administração corresponde ao valor de R$ 4,37 (quatro reais e trinta e sete centavos).

II. Em consequência, AUTORIZO, a emissão da Nota de Empenho, face as determinações do Decreto Municipal nº 60.052/2021, que onerarão as dotações orçamentárias: 30.10 .11.122.3024.2.100.3.3.50.39.00.00, 30.10.11.122.3024.2.10

0.3.3.50.48.00.00 e 30.10.11.122.3024.2.100.3.3.90.39.00.00 do presente exercício, e em atenção ao princípio da anualidade deverá o restante das despesas onerar dotação própria do exercício vindouro, observando-se, no que couber, as disposições contidas nas Leis Complementares nos 101/00 e 131/09.

III- Em atendimento ao Decreto Municipal 54.873/2014, a gestão do contrato fica a cargo da Supervisão de Contratos, Convênios e Parcerias, do Departamento de Administração e Finanças, desta Pasta e designo o servidor André Aparecido de Carvalho, RF 734.939.4 para atuar como Fiscal Titular e, a servidora Debora Oliveira Souza, RF 777.898.8 para atuar como Fiscal Suplente.

**6064.2019/0000889-6**

I – No exercício das competências que me foram confiadas pela Leis Municipais 13.164, de 05 de julho de 2001, e 16.974, de 23 de agosto de 2018, e pelo Decreto Municipal 58.153, de 22 de março de 2018, à vista da necessidade apresentada pela Supervisão de Contratos, Convênios e Parcerias desta Pasta nos autos do processo em epígrafe, doc. 042504682, e em observância aos dispositivos da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993, e do Decreto Municipal 54.873, de 25 de fevereiro de 2014, **DESIGNO,** a partir da data da publicação deste, os servidores para fiscal titular e substituto do contrato n. 06/2020/ SMDET firmado com a **COBRA SAÚDE AMBIENTAL LTDA EPP**, inscrita no CNPJ n. 12.065.400/0001-64, cujo objeto é a prestação de serviços de controle sanitário integrado no combate a pragas, englobando desinsetização, desratização, descupinização e assemelhados, para esta Secretaria e seus equipamentos externos em substituição aos anteriores:

**COSAN:**

Camila Toshie Osaki, RF 889.014.5, titular

Karina Larrisa Palma Reis, RF 880.076.6, substituto

**FUNDAÇÃO PAULISTANA DE EDUCAÇÃO E TECNOLOGIA**

GABINETE DIRETOR GERAL

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 17/FPETC/2021 -**

A FUNDAÇÃO PAULISTANA DE EDUCAÇÃO TECNOLOGIA

E CULTURA, torna público para conhecimento de quantos possam se interessar, que procederá a abertura da licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, a ser realizada por intermédio do sistema eletrônico de contratações denominado “Bolsa Eletrônica de Compras do Governo do Estado de São Paulo – Sistema BEC/SP”, com utilização de recursos de tecnologia da informação, denominada PREGÃO ELETRÔNICO, do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, objetivando aquisição de luvas e óculo de proteção para os alunos da Escola Makiguti Leste e Makiguti Norte (Pronatec) conforme Termo de

Referência.

O início do prazo de envio de propostas eletrônicas será dia 26 de julho de 2021 e a abertura da sessão pública de processamento do certame ocorrerá no dia 05 de agosto de 2021 às 10:00 horas.

O Caderno de Licitação composto de Edital e Anexos poderá ser retirado, mediante a entrega de um CD-R na seção de Compras e Licitações à Avenida São João, 473, 6º andar, Centro - São Paulo - SP, CEP 01035-000, de segunda à sexta-feira, no horário das 10:00 às 16:00 horas, até o último dia útil que anteceder a data designada para a abertura do certame ou poderá ser obtido via internet, gratuitamente, nos endereços eletrônicos da Prefeitura do Município de São Paulo: http://e-egocioscidadesp.prefeitura.sp.gov.br ou www. bec.sp.gov.br -OC 801085801002021OC00011.

Maiores esclarecimentos poderão ser obtidos pelos interessados através dos telefones (11) 3225-1920.

**TRIBUNAL DE CONTAS PAG. 92**

**Presidente: Conselheiro João Antônio**

**GABINETE DO PRESIDENTE**

PAUTA

**P A U T A**

DA 339a SESSÃO ORDINÁRIA DA 1ª CÂMARA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, TRANSFERIDA PARA O DIA 28/7/2021, ÀS 9h30min, POR SISTEMA ELETRÔNICO DE VIDEOCONFERÊNCIA, COM FULCRO NA RESOLUÇÃO N.º 06/2020, E RESPALDO NO DECRETO MUNICIPAL N.º 59.283, DE 16 DE MARÇO DE 2020.

- I -

O R D E M D O D I A

- I I -

J U L G A M E N T O S

PRESIDENTE DA 1ª CÂMARA CONSELHEIRO JOÃO ANTONIO

I - RELATOR CONSELHEIRO VICE-PRESIDENTE ROBERTO

BRAGUIM

3)TC 2.997/2011 - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e do Trabalho (atual **Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Turismo)** e Associação para Valorização e Promoção de Pessoas com Deficiência - Contrato 16/2010/Semdet R$ 3.255.000,00 - Prestação de serviços para a execução de cursos de qualificação social e profissional no âmbito do Programa Nacional de Inclusão de Jovens - Projovem: Jovem Trabalhador - Juventude Cidadã, instituído pelo Governo Federal, para atender 2.000 pessoas na faixa etária de 18 até 29 anos em situação de desemprego, com renda per capita de até um salário mínimo, que estejam cursando ou tenham concluído o ensino fundamental ou o ensino médio, ficando impedidos aqueles que estejam cursando ou concluído o ensino superior, no Município de São Paulo (CAV)

(Itens englobados - 3 e 4)

4)TC 2.211/2010 - Coletivo Ação Popular/Paulo Duarte - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e do Trabalho (atual **Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Turismo)** - Denúncia sobre eventual contratação de cinco entidades sem o devido procedimento licitatório para a execução de cursos de qualificação social e profissional no âmbito do Programa Nacional de Inclusão de Jovens - Projovem:

Jovem Trabalhador - Juventude Cidadã, instituído pelo Governo

Federal (JT)

(Itens englobados - 3 e 4)